

A situação da universidade, na visão de professores e funcionários

Nos últimos meses, a PUC vem passando por mais uma de suas crises cíclicas, uma das piores da gestão do professor Antonio Carlos Ronca.

Reflexo de uma crise maior que atinge o País, nossa crise doméstica fez com que a Reitoria lançasse mão de medidas econômicas e financeiras, algumas já velhas conhecidas da comunidade, que têm provo-

cado viva polêmica entre os três segmentos da universidade nas assembleias das categorias, nos conselhos e nas diversas manifestações que ocorrem toda semana nos vários câmpus da PUC.

Este número especial do *PUCviva* pretende ser uma tribuna das mais diversas opiniões que têm discutido a crise da PUC. Procuramos ouvir dife-

rentes análises, de professores e funcionários, que refletissem a situação que ora enfrentamos.

É claro que, no reduzido espaço desta edição, não daremos conta da multiplicidade de opiniões que compõe nossa comunidade e, por isso mesmo, continuaremos com esta discussão nas próximas semanas, abrindo-a à participação de todos os interessados.

25/9

quinta-feira - 18h - sala P-65

Assembléia dos professores

Crise da universidade

- ✓ *atraso de salários*
- ✓ *resposta da Reitoria à carta da APROPUC*
- ✓ *medidas que a Reitoria já está implantando*

Por uma Tribuna que defenda o trabalho e o ensino

Este *PUCviva* é um número especial. Uma tribuna para debater a alegada crise financeira da PUC.

Nas assembleias, manifestaram-se vários pontos de vista. A maioria das opiniões convergiu para a não-aceitação do pacote de medidas da Reitoria. A posição minoritária não fez uma análise sobre a crise financeira da instituição. Limitou-se a defender que as medidas fossem tomadas como pauta de discussão.

É verdade que não havia base material para uma análise mais acabada dos fundamentos da crise. A planilha apresentada pela Reitoria não vai além do aspecto contábil, não podendo ser verificada na contabilidade e no histórico reais. A reação da assembleia só pôde se dar frente aos reflexos das medidas trabalhistas e acadêmicas.

Atingem: 1) os salários; 2) os contratos empregatícios; 3) as condições de trabalho e ensino. Pode-se ver que há uma interligação entre eles. Por isso, o conjunto de medidas não tem como ser desmembrado na sua base. As medidas de impacto insignificante para o volume da crise, dimensionada pela Reitoria, certamente não poderiam ser motivo de discussão à parte.

O fundamental está no objetivo de reduzir contratos, demitir, conter os salários e eliminar direitos. As medidas denominadas acadêmicas, especialmente as que incidem na quantidade de alunos em sala de aula e na relação professor/aluno, na verdade, expressam razões financeiras. Não têm origem propriamente pedagógica. Convertem-se em

problema de qualidade de ensino.

A crise de anos anteriores foi contornada com brutal aumento das mensalidades pagas pelos estudantes. Hoje, o número de inadimplentes indica menor margem para elevação das mensalidades. Há também a resistência estudantil, que tende a crescer e se radicalizar, uma vez que a classe média vem ressentindo os efeitos da crise econômica do país e as ações governamentais.

Foi muito importante a rejeição, pela assembleia dos professores e dos funcionários, ao pacote da Reitoria. Expressou a defesa do trabalho e do ensino. Aprovou a proposta de constituir um Fórum de discussão e apresentação de propostas. É claro que, dada a circunstância, não foi concretizada a sua criação. Ficou como um objetivo.

As lideranças estudantis, por intermédio do CCA, mostraram-se dispostas a trabalhar pela unidade entre os três setores que compõem a universidade – professores, funcionários e estudantes.

As medidas da Reitoria exigem que as forças sociais vivas da universidade se levantem em defesa do trabalho, do ensino e do direito aos estudos. Somente a unidade dos três setores poderá evitar o caminho de maior mercantilização da universidade. A colocação do problema do ensino público e do privado deve nortear estrategicamente as discussões e nossas respostas.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*



**BENEDITO
ARÃO SANTOS**

Crise é agravada por outros problemas no câmpus de Sorocaba

Sorocaba vive hoje momentos que talvez muitos funcionários que trabalharam anos de suas vidas, diria décadas, não pudessem acreditar que um dia viveriam.

Devemos analisar a crise atual em dois pontos: a crise financeira da universidade, que atinge a todos de uma forma geral, e a crise emocional por que passam, principalmente, os funcionários do Hospital Santa Lucinda.

Em tempos difíceis, em que somos espelho de problemas sociais de um país onde morrem mais pessoas por violência do que numa guerra, problemas esses muitas vezes gerados por irresponsabilidades individuais, deve-

mos sim, parar e repensar como resolver o impasse atual.

Neste mesmo momento, os funcionários sofrem por uma situação imposta pelo regime atual, que não se importa se o trabalhador vive em conflito por não saber se vai receber seu salário regularmente ou se vai perder seus direitos garantidos pelo Acordo Interno da universidade.

Aplicam-se punições e advertências sem permitir direito de defesa, sem qualquer diálogo. É lamentável que a PUC, aos poucos, pelo menos neste câmpus, vá perdendo sua democracia, que por muito tempo foi motivo de orgulho para todos nós.

Infelizmente, não conseguimos definir claramente onde se fundem as ameaças e pressões aos funcionários. Elas realmente provêm de uma diretoria que se baseia em princípios empresariais, ou de chefias arredontadas que simplesmente desorientam seus subordinados, em detrimento de um bom desempenho?

Ainda assim, acredito que, mesmo estando abalados psicologicamente por todos esses problemas, não seremos derrotados e conseguiremos forças para garantir o direito e o respeito a todos os funcionários.

Benedito Arão dos Santos é vice-presidente da AFAPUC

Que modelo é esse?

Nestes últimos meses, a crise da universidade tem produzido um sem-número de manifestações, tanto por parte da direção da universidade como por parte da comunidade, que começa a mobilizar-se para discutir a situação. Gostaríamos de iniciar nossa análise debatendo a concepção de universidade que vem norteando as decisões da Reitoria.

De fato, o padrão imposto pelo mercado (que utiliza uma lógica excludente) parece ter-se transformado no nosso modelo de universidade. O papel filantrópico que esta instituição ainda mantém faz com que seu significado seja antagônico ao proposto no artigo publicado no jornal "A Semana", intitulado *Em defesa do nosso modelo*, pois sinônimo de filantropia é inserção social, inserção das pessoas carentes. Esta Reitoria fez com que as mensalidades chegassem ao seu limite. Fica claro aos nossos olhos que o atual projeto está bem longe de contemplar o aspecto social, de inclusão.

Esta lógica sufoca, porque impõe um modelo contrário àquele que sempre defendemos em nossa estrutura universitária, ou seja, procuramos manter sempre um modelo de gestão que contemple o diálogo com os segmentos desta casa – professores, funcionários e alunos – que sempre foram chamados de forma democrática a reafirmar este compromisso institucional, por meio de suas entidades representativas e órgãos colegiados.

Longe de ser uma mera possibilidade, esta lógica mercantilista está cada vez mais se consolidando. Afinal, tudo aquilo em que acreditamos e que construímos por meio de um compromisso na PUC-SP vem sendo paulatinamente destruído.

Não se trata de vendiar os olhos e considerar que não possa haver mudanças no modelo de gestão desta instituição que fez e faz história no país, ou ainda acreditar que as soluções se darão num

passo de mágica, mas considerar que a forma e os procedimentos utilizados neste momento denunciam ações que contrariam nossa natureza democrática, nossa forma de entender e discutir a PUC-SP.

É preciso enfrentar a crise. Esta não é a primeira, e temos certeza de que não será a última. No entanto, reafirmamos: a forma e o procedimento estão incorretos. Isto porque não é claro qual é o modelo de gestão que está se implantando dentro desta universidade.

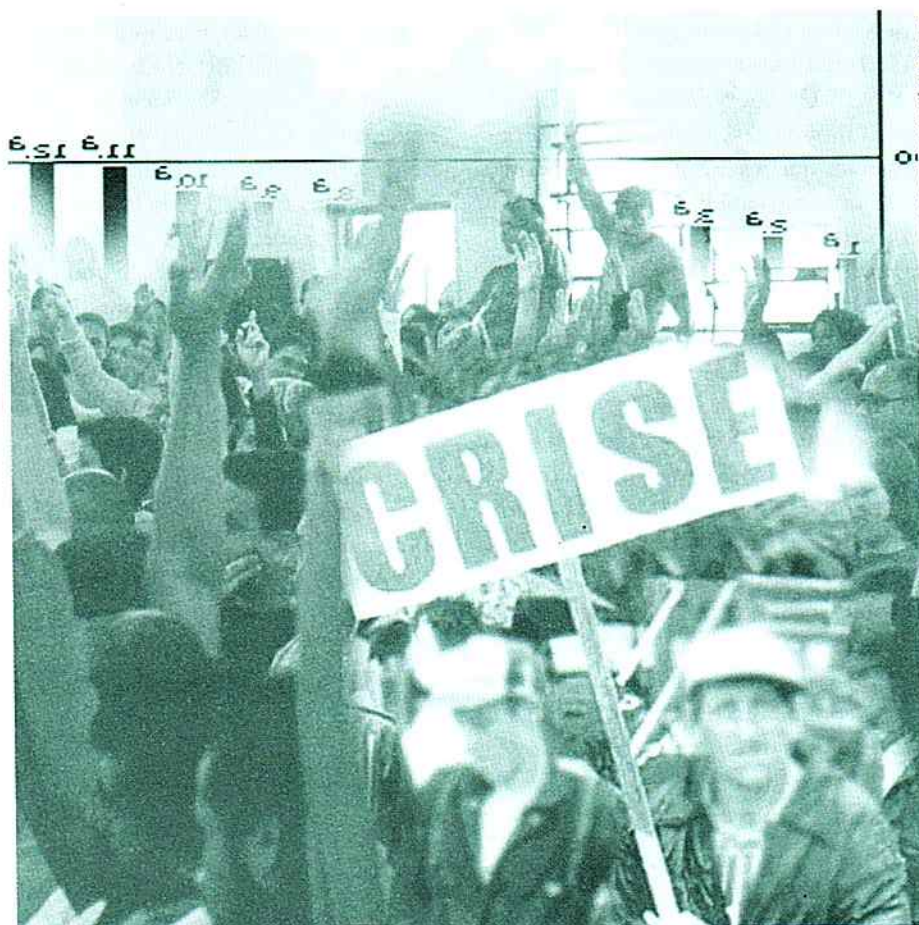
Qual é o modelo de gestão que defende a transparência, a descentralização, e faz com que os efeitos práticos ocorram de maneira contrária? Posições autoritárias, ações desconexas, desrespeito constante com funcionários, professores e alunos são latentes. Certamente este modelo de gestão é aquele que se reveste de um falso discurso da gestão participativa, da co-gestão e da co-responsabilidade.

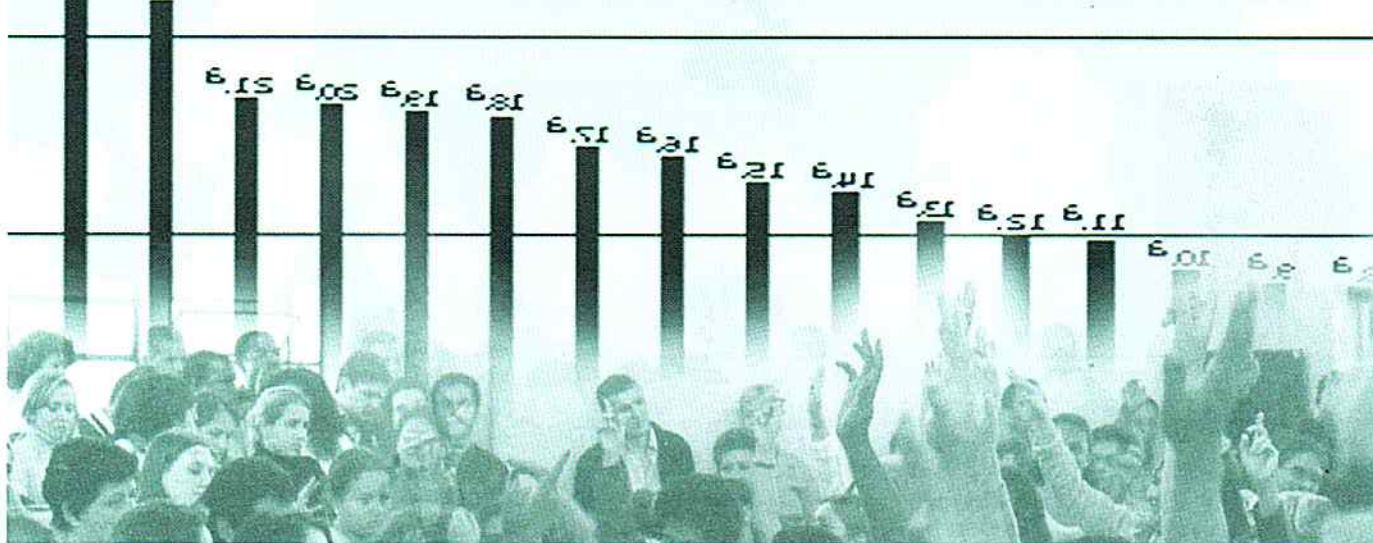
As dificuldades apresentadas neste momento, como em outros, foram enfrentadas por lados dicotômicos, mas pautados na defesa desta universidade que sempre esteve em primeira ordem.

Quando uma instituição está em crise, tem que pensar em recursos a curto, e principalmente a longo prazo. O que vemos é esta Reitoria tentando solapar os acordos e conquistas históricas firmadas, em que os trabalhadores estão sendo alvos do "curto prazo", mas o médio e o longo estão esquecidos.

E é por isso mesmo que hoje, mais do que nunca, faz-se necessário um projeto onde os aspectos de democracia e inclusão social norteiem qualquer decisão da direção da instituição, mesmo aquelas que representem amargos remédios para a nossa crise.

Diretoria da AFAPUC





FELIPE TOLEDO
MAGANE

Tudo que é sólido desmancha no ar

CRISE! Nos últimos tempos, e com grande frequência, ecoa em nossos ouvidos e mentes esta palavra. Palavra esta que aterroriza, mas que é inerente ao processo de desenvolvimento e manutenção da sociedade que em sua essência é unilateral, a do capital.

Tendo em vista todo o contexto internacional de estagnação econômica, guerras, violência, miséria, enfim, de degradação humana, que influencia diretamente a todos, inclusive a nós brasileiros, enfrentamos um momento delicado e ao mesmo tempo precioso para buscarmos, quem sabe, uma nova alternativa, que obviamente não pode recair sobre os ombros dos trabalhadores.

São vários os fatores que determinam o termo e sua aplicabilidade nos discursos da atualidade, mas esta conjuntura é antiga se pensarmos em nossa universidade. Estou nesta instituição, como funcionário administrativo há apenas três anos, sou representante administrativo no Conselho Universitário e recém-graduado no curso de História, mas meus pais, antigos alunos dessa instituição de ensino, comentavam que, já naquele época, a mesma se encontrava em crise e estava próxima à falência. Diversos depoimentos de antigos trabalhadores e alunos da universidade confirmam as palavras de meus pais. Então, cabe neste momento um questionamento: se a crise é constante e antiga, como esta universidade ainda continua funcionando? Faça esta pergunta apenas para

afirmar o título deste texto, que foi extraído do pensamento de Karl Marx, pois se um país foi à bancarrota recentemente, no caso a Argentina, que era tida como sólida e próspera, por que uma instituição de ensino não pode ter o mesmo destino, “desmanchar-se no ar”? Qual é o projeto de universidade que os nossos gestores possuem? Tais perguntas devem ser espalhadas aos quatro cantos de nossa instituição, para que a reflexão possa ser socializada e fomentada.

Algumas respostas podem, já de antemão, serem dadas. Esta universidade, desde sua gênese, faz história, conduz movimentos sociais, luta pela liberdade e pela democracia, enfrenta ditadores, desenvolve o conhecimento. E toda esta história foi construída com muito esforço, com funcionários administrativos e professores hábeis, capacitados, competentes, e alunos engajados que mantiveram a qualidade dessa instituição mesmo em momentos difíceis. Será que merecemos pagar esta conta?

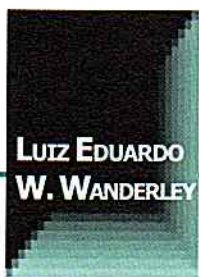
Há alguns dias, a Reitoria desta universidade apresentou algumas medidas, as quais foram denominadas pelos gestores como fundamentais para que não “afundemos todos”. Faz-se necessário apreciar com muito cuidado tal discurso, que é unilateral e fictício, pois não sanará as contas da universidade. Em tempos de crise, quem “paga” é o trabalhador. Este também é um discurso antigo que infelizmente vem sendo aplicado paulatinamente em nossa sociedade.

A unilateralidade da estrutura capitalista deve ser quebrada. Esta segmentação do humano “uno” e indivisível, em que objetividade e subjetividade se complementam mutuamente, aponta para a perspectiva do trabalhador dividido, ou alienado, como “miséria absoluta e perda do próprio homem”, sendo este a desumanização completa, mas por outro lado sendo sua atividade vital à humanidade, “ou manifestação de si, uma possibilidade universal de riqueza – no trabalhador está contida também, uma possibilidade humana universal”, de afirmar a onilateralidade, que significa positividade, visando um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades humanas e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

Nossa comunidade, historicamente onilateral, que mescla estruturas da ciência com as da produção, em síntese, deve buscar desenvolver ao máximo e em sua totalidade as capacidades humanas materiais e espirituais, mantendo sua inserção no processo de interação crítica com o mundo e com a vida, portanto, fazendo história.

Trabalhadores e estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: “uni-vos” para o enfrentamento da crise.

Felipe Toledo Magane é funcionário do Expediente Comunitário da Vracom e membro do Conselho Universitário



LUIZ EDUARDO
W. WANDERLEY

Crise: desafios e perspectivas

Crise significa tensão, conflito, ruptura e, concomitantemente, desafio, criação. Apostemos nesta segunda. A universidade brasileira é condicionada por causas histórico-estruturais e conjunturais, derivadas de componentes sócio-econômico-político-culturais em geral, e das concepções, estratégias e políticas (ou falta delas) sobre a educação. A crise é mundial, nacional, regional, e local. A PUC-SP se insere neste contexto e a ele acresce elementos de sua própria história, formas de gestão, projetos etc., que a identificam, desenvolvidos por seus membros.

Tivemos opções, alternativas, propostas no passado, que precisam ser ressignificadas. E as temos no presente. As soluções são complexas, diversas, conflitantes ou pactuadas, e exigem medidas de curto, médio e longo prazos. Não existem fórmulas mágicas e fáceis.

No espaço concedido pelos editores, numa perspectiva realista-otimista, levanto questões e sugiro saídas, que são polêmicas, provocativas e exigem reflexão e visão crítica. Algumas dependem de fatores externos e outras de fatores internos, ou imbricados.

A universidade é uma totalidade. Ela necessita ser vista como uma instituição social complexa, transdisciplinar, sempre em construção. Uma visão equivocada precisa ser superada: pensar e agir por dimensões, segmentos, áreas isoladamente. É indispensável integrar os fundamentos do acadêmico, do administrativo, do comunitário, como vasos comunicantes, em constante sinergia. É ilusão analisar contratos e condições trabalhistas de modo independente, pois estão inseridos organicamente nestes fundamentos. O corporativo não pode esgarçar o institucional.

Cada um, e todos, coletivamente, dos três segmentos, devem reivindicar direitos e se responsabilizar pelos deveres. Cada unidade, em seu âmbito e com suas atribuições, deve decidir, cabendo aos colegiados traçar diretrizes e desenhar políticas, e à administração central a gestão concertada. É curioso observar as

direções (inclusive as sindicais), com exceções, se vangloriarem dos "louros" e empurrarem os "abacaxis" para a Reitoria.

Uma contradição central se fixa nas inter-relações entre custos e recursos, mensalidades e salários, numa universidade privada, inserida numa formação social capitalista. É patético ver um grupo de alunos apoiar reivindicações de aumentos salariais de professores e funcionários, e se mobilizar para redução das mensalidades. Numa dinâmica democrática, as direções das associações dos três segmentos (incluindo as dos estudantes) devem sentar juntas e apresentar propostas, considerando a dimensão institucional e a realidade objetiva, para que os espaços colegiados deliberativos possam, junto com a Reitoria, elaborar as políticas condizentes. Equação insolúvel? Quais as alternativas? Eis um repto colossal!

Uma avaliação institucional permanente e qualitativa é valiosa, superando erros e vícios, propondo soluções, e zelando pela ética. Além das unidades acadêmicas e administrativas, por seu dever de ofício, as direções da APROPUC e da AFAPUC, principalmente, devem colaborar ativamente nela, com comissões amplas e representativas, efetuando plebiscitos sobre temas e medidas, indo além

do assembleísmo.

O estresse urbano, a violência, as incertezas estão levando contingentes expressivos dos três segmentos a atitudes e comportamentos hostis, anomia, individualismo extremado e mesmo histéria. Convém ampliar e consolidar espaços sócio-psicológicos de apoio.

Uma gestão pública democrática exige mais que eleições. Exige visibilidade, controle social, cidadania, concretizando o público não-estatal. Uma representatividade diuturnamente cobrada: representa quem, como informa e dialoga com os representados. Há uma capacidade enorme para criticar e uma incapacidade para apresentar propostas relevantes, viáveis, não ideológicas. Ampliar o raio de ação e o compromisso social, estudando formas de educação à distância, descentralizando os cursos pelos bairros, em parcerias.

Buscar fontes de recursos adicionais. No exterior, por meio de projetos interinstitucionais (com outras IES) e em agências de financiamento, para projetos de longo alcance. O mesmo na Fapesp e em outros organismos, além de parcerias com prefeituras e Estados. Professores que usam o nome da PUC-SP e dão assessoria a empresas multinacionais e nacionais de grande escala deveriam trazer uma contribuição financeira para um Fundo (de bolsas, projetos sociais etc.). Analisar outras formas contratuais que desengessem e abram novos campos de atuação.

A médio prazo, fortalecer os colegiados e outras instâncias para análises sistemáticas sobre concepções, planos, estratégias para a PUC-SP, com ampla discussão e divulgação. A curto prazo, talvez, trabalhar com a idéia de algum meio (tipo Constituinte, realizada no passado, ou Conselho especial, ou Fórum etc.), para pensar a universidade e não a crise, mas oferecendo respostas à ela. Mãos à obra.



Luiz Eduardo W. Wanderley é ex-reitor da PUC-SP e professor do pós em Ciências Sociais

A crise da universidade

Comecei a lecionar na PUC-SP em 1979 e não me recorro de época em que a Universidade não enfrentou crise econômica mais ou menos grave. Em todas, a comunidade sempre esteve presente e soube responder. Convidada pelo *PUCViva* para escrever um texto sobre a crise atual, relembro que a fundação da APROPUC se deu nos anos 70, como resposta a uma imensa crise em que, também, os salários não eram pagos. Desde então, a comunidade participativa cresceu e se consolidou, engrandecendo esta Casa.

Venho, há muito, acompanhando o evoluir da grave crise atual, conversando com colegas, participando das assembleias da APROPUC e encontros entre professores e Reitoria. Quero esclarecer que minhas críticas jamais devem ser tomadas como de caráter pessoal, pois se trata da ausência de formulação de projeto de crescimento da própria universidade (e seu espaço físico), passando pela discordância com os encaminhamentos da dívida bancária, que elevaram o déficit da universidade, nos colocando na atual situação. Estamos diante de fato consumado, já previsto. Os professores foram publicamente informados pelo vice-reitor administrativo de que as folhas dos salários (até outubro) se encontram contingenciadas para pagamento prioritário dos bancos (Real/Bradesco) credores. Além disso, ao atrasar apenas o pagamento dos professores, a Reitoria aprofunda a antiga divisão entre professores e funcionários, em contraposição à posição da APROPUC e da AFAPUC, que sempre lutaram pela unidade. Por isso, é injustificável aceitar a decisão da Reitoria em atrasar, de forma constante, o pagamento de salários, seja de professores ou de funcionários.

Tão grave quanto a posição da Reitoria, é o desprezo ou pouca participação dos professores nas assembleias e reuniões promovidas pela APROPUC (incluindo, muitas vezes, críticas à maior participação dos funcionários junto à AFAPUC). Muitos professores reclamam e opinam sem participarem das assembleias convocadas para discussão dos graves problemas que enfrentamos, abstenendo-se do comparecimento em foros que não os dos colegiados de suas unidades e faculdades.

A divisão sempre foi utilizada como arma pela Reitoria, dificultando o envolvimento e a participação na busca de soluções.

Estas soluções passam por um amplo projeto de medidas de curto, médio e longo prazo, pois acredito ser do interesse da comunidade participar e ajudar na elaboração de um projeto de crescimento de longo prazo, visando solucionar não apenas esta crise como evitar que outras voltem a ocorrer.

Considero que a crise da PUC-SP é não somente uma crise de identidade, como de espaço para crescer. A ausência de seu enfrentamento tem sido um equívoco (já estrutural) não só da atual gestão, como das anteriores. Nos últimos anos, a universidade vem contabilizando gastos e desperdícios em inúteis reformas de espaço físico apenas paliativas, sem buscar uma solução definitiva dos problemas. Apesar da qualidade de seu corpo docente, continua perdendo muitos alunos (com reflexo na política de mensalidades), por centralizar cursos e atividades (incluindo administrativas) quase exclusivamente no espaço restrito ao câmpus Monte Alegre/Ministro Godoy. Esta política tem sido impeditiva do crescimento de unidades como a FEA e o Direito, que restringem o número de vagas de alunos no Vestibular, por ausência de espaço físico, e coíbe a realização de projetos de parcerias externas, capazes de gerar recursos para a universidade. Também o Pós-graduação, sem espaço físico e de apoio para professores e alunos, se limita a realizar pesquisas pontuais isoladas, carecendo de suporte técnico e funcional adequado. Aliás, é verdadeiro milagre a sua produção. Nos últimos 8 anos, ainda, a atual gestão reduziu ou revogou muitas verbas conquistadas pelos professores no Cepe, incluindo as de auxílio à participação em congressos (nacionais e internacionais), cortadas, enquanto a maioria dos núcleos de pesquisa dos Programas se reduziu a reuniões de seminários individuais ou palestras.

Entendo que a situação seria diversa, caso o Pós-graduação ocupasse um espaço físico maior, onde poderia responder aos desafios necessários, com parcerias acadêmicas adequadas (projeto incentivado pela atual Reitoria, sem suporte na realidade), produzindo pesquisa também aplicada, colocando o seu talento a serviço da comunidade interna e externa. Porém, apesar das transformações da realidade exterior, nossa instituição continua a depender exclusivamente das receitas de alunos. Ao não idealizar um projeto físico para a universidade, a Reitoria inibe o seu crescimento e leva-nos todos à inadimplên-

cia, pois a crise demonstra a incapacidade de geração de recursos mínimos, necessários para a sustentação dos cursos e atividades atuais, como de outros. Daí, que em momentos de maior dificuldade, só reste buscar 'culpados', dividindo a comunidade acadêmica ao propor cortes aleatórios drásticos, muitos dos quais, quando aplicados, se revelam inócuos e prejudiciais à imagem da própria universidade.

Como, então, corresponder à atual convocação para os sacrifícios solicitados pela Reitoria, partilhando sua responsabilidade nos cortes e demissões, aceitando atrasos e a entrega das folhas de salários aos bancos credores, que recebem os pagamentos dos alunos para prioridade dos interesses de seus juros e serviços de empréstimos feitos nos últimos anos, para somente então, com as sobras, efetuarem o pagamento dos salários. A estas medidas se juntam, segundo a análise feita pelo professor Ronca, a crise externa do país, penalizando ainda mais os que trabalham e gerando angústias, inadimplências e falências econômicas pessoais que atingem nossa comunidade, onde muitos já se vêem obrigados a trabalhar em outros locais para cumprir seus compromissos pessoais ou sobreviver.

Neste momento, portanto, nos encontramos em um círculo vicioso, que não será resolvido com demissões ou cancelamento de cláusulas de contratos econômico ou social. Algumas dessas conquistas são direitos adquiridos, pois há décadas beneficiam a comunidade, sendo cumpridas pelo RH. É o caso dos professores e funcionários que se aposentam pelo INSS (valor recebido sempre em queda) sem que as Reitorias, ao longo desses anos, tivessem se sensibilizado em tentar solucionar a grave questão da implantação de um projeto de previdência complementar própria, que beneficiasse os trabalhadores desta instituição. Esta e outras questões envolvem uma discussão muito mais séria sobre a crise atual e tornam inadiável a aceitação, por parte da Reitoria, da proposta de convocação de um Foro permanente, para a busca conjunta de soluções que reúna Comunidade e Reitoria. Proposta efetiva levantada na última assembleia pelos professores e já encaminhada à Reitoria.

Em direitos não se mexe! Salário não se negocia!

A política de ensino superior no Brasil selada no governo FHC com o capital internacional e sob sua determinação neoliberal nos marcos das políticas de ajustes preconizadas por organismos multilaterais como o FMI, a OMC, o Bird, o Banco Mundial tem na LDB “a flexibilização” como núcleo central da estratégia de enraizamento, fortalecimento e expansão da “Universidade Operacional” e de destruição da universidade fundada no reconhecimento público de legitimidade que lhe confere autonomia do saber diante da religião e do Estado. (Chauí, 1999).

A universidade em direção à universalidade tem na produção e reprodução social da vida humana a matéria-prima de referência crítica, investigativa, teórica, histórica, interventiva, ontológica e de contribuição na construção de um projeto societário, de socialização da economia, da política, da cultura, da vida social no horizonte socialista.

A luta pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, pelo ensino público, laico, gratuito, pela ampliação do acesso ao ensino a todos e de seu caráter público, pela socialização do conhecimento e do saber, pela defesa do ensino de qualidade e das condições de trabalho como conquistas históricas se configuram em pauta permanente de todos os trabalhadores - professores e funcionários - e estudantes na defesa dessa concepção e prática de ensino.

A política de ensino superior na lógica da universidade operacional estabelece uma racionalidade instrumental constitutiva à programática neoliberal que tem sucateado o ensino público, com redução de verbas para educação, ausência de concursos públicos, liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, subordinação do ensino às demandas do mercado, favorecendo a expansão do ensino privado e a supressão do caráter universalista de universidade.

No período mais recente, o Governo Lula, dando continuidade ao pacto neoliberal, apresenta projetos de reformas (entre esses os da previdência e trabalhista) que em nome da recuperação da economia atingem conquistas históricas das classes trabalhadoras.

As “universidades comunitárias” de vocação pública, de direito privado mas sem fins lucrativos, encontram-se em crise no

interior de seus próprios projetos, face ao quadro dramático em que se encontra o ensino superior no Brasil, a partir da implantação do neoliberalismo em 89 sob os ditames do Consenso de Washington. Parte dessas universidades optaram claramente pelo caráter empresarial e privatista do ensino como mercadoria, em grande expansão no Brasil a partir da década de 70, hoje, em ampliação nas universidades chamadas comunitárias.

A PUC-SP atravessa nesse momento uma profunda crise, que entendo ser ex-



pressão de uma crise de projeto e de modelo de gestão, que necessita ser amplamente debatida com toda a comunidade universitária, na defesa da universidade com direção e compromisso social historicamente construídos.

A APROPUC e a AFAPUC, a partir da deliberação de suas assembleias, solicitaram um posicionamento da Reitoria quanto ao balanço, análise e propostas que tem para o enfrentamento da crise.

Lamentavelmente, a proposta apresentada pela Reitoria é a de estabelecer um “pacto” com os professores e funcionários, obedecendo à lógica da racionalidade instrumental neoliberal, recaindo sobre os trabalhadores o ônus financeiro dessa crise através da revisão das cláusulas econômicas e sociais dos nossos acordos internos, além do alto valor das mensalidades dos alunos para pagar juros bancários, o que de fato a inviabiliza financeiramente.

A crise é real. Não há dúvidas. Porém, nos indagamos: por que a Reitoria não dialogou preventivamente com a comunidade? Por que utilizou, no início do ano,

fóruns paralelos, confundindo e colidindo com os órgãos de representação? Por que não expõe claramente sua política frente à crise, a não ser a análise de que o déficit da PUC é resultante da relação única entre mensalidades e salários? Por que não suspende o pagamento dos juros bancários? Por que não busca novas fontes de captação de recursos? Por que não estabelece uma política de redução das mensalidades para diminuição da inadimplência, otimização de vagas e nenhum aluno fora da PUC?

Os funcionários, em assembleia da AFAPUC, disseram não ao pacote de medidas da Reitoria; os professores, em assembleia da APROPUC, rejeitaram a política de enfrentamento da crise proposta pela Reitoria e seu pacote de medidas que atingem diretamente salários, benefícios e estabilidade no emprego, e propuseram ainda a construção de um Fórum qualificado de professores, funcionários e alunos para o debate e formulação de propostas referentes à crise da PUC e seu enfrentamento. Os alunos, em suas manifestações, exigiram que nenhum estudante fique fora da PUC.

A comunidade, na PUC, sempre esteve presente, atuante, na construção e consolidação de um modelo de universidade com vocação pública defendida pelos trabalhadores e estudantes.

Entendemos, porém, que as propostas apresentadas “não podem ser negociadas”, pois expressam um ataque às conquistas e atingem o trabalho acadêmico de funcionárias e professores, com rebatimento na formação dos alunos.

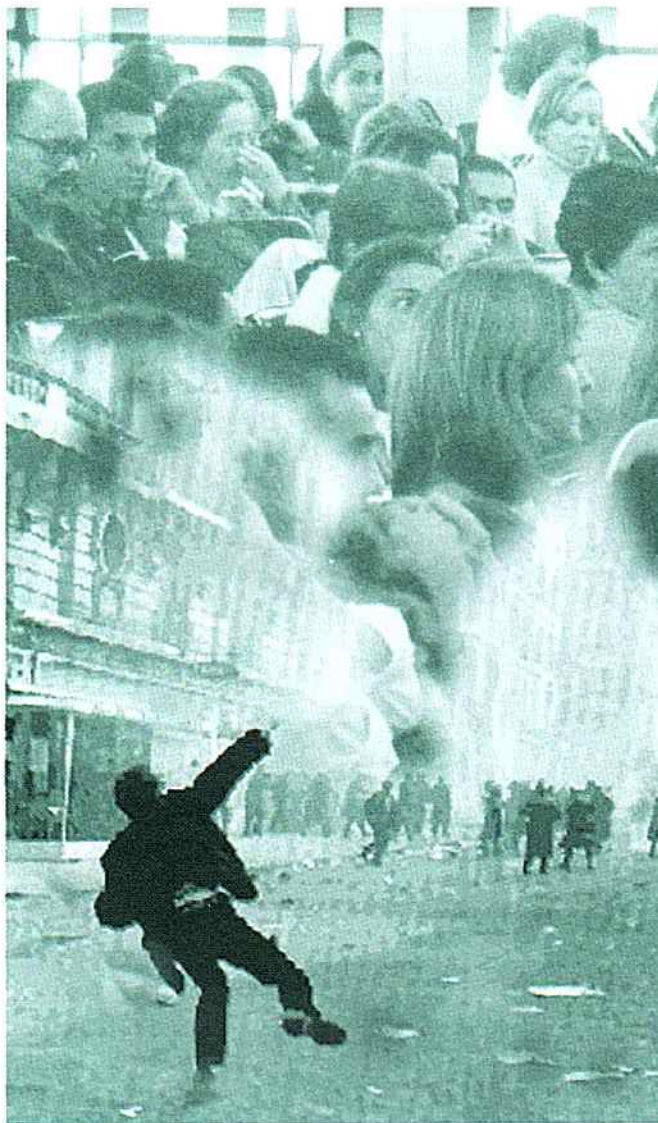
Os professores estão recebendo seus salários parceladamente, sem informação de quando e quanto devem receber a cada vez. É necessário que os professores da PUC estejam mais firmemente engajados em todo esse processo, em uma luta unitária com funcionários e estudantes, através de nossas entidades de representação, na defesa de uma universidade crítica, investigativa, atuante, de qualidade, onde as conquistas históricas sejam defendidas e a qualidade de ensino, da pesquisa e de extensão sejam garantidas.

JORGE CLAUDIO
RIBEIRO

A problemática e a solucionática

O atraso dos salários dos professores suscitou uma crescente apreensão com a continuidade do pagamento do “meu salário” e com a sobrevivência da “nossa universidade”. Sem inocência: a PUC-SP corre sério perigo de falir de vez. Não adianta fantasiar que, por um pacto com o divino, a universidade está vacinada contra a derrocada (lembra-se de que o Mappin faliu? Quem diria, hein?). Então, é preciso entender a problemática e construir uma solucionática. Aponto duas vertentes: econômica e política.

O modelo econômico adotado na “década Ronca” fica claro nas fontes de financiamento do déficit. A primeira foi o próprio governo, pois a PUC atrasou sistematicamente o pagamento dos encargos sociais, acumulando gigantescos R\$120 milhões, refinanciados dentro do Refis (segunda fonte). A terceira, foram as mensalidades, elevadas a um nível altíssimo, que excluiu numerosos alunos e elitizou o corpo discente. Essa solução já se esgotou. Com o Refis, a universidade deve pagar os encargos em dia, e aqui entra a quarta fonte, contaminada: os empréstimos de curto prazo e juros elevados junto a bancos privados. Esse recurso também se- cou. Assim, a engenharia financeira da Reitoria piscou o olho para os salários dos professores (e logo os



dos funcionários, *why not?*) e usa o atraso como quinta forma de financiamento.

O descalabro, previsível e evitável, não nasceu hoje. Aqui entra a vertente política, pois a credibilidade é um poderoso fator econômico. Há três anos, em carta aberta (“Por que será, reitor Ronca?”) neste *PUCviva*, eu questionava a condução do processo eleitoral, traduzindo o entendimento de muitos de que Ronca havia forçado a barra ao se candidatar a um terceiro mandato. Desde en-

tão, temos um reitor ausente, que não encaminhou propostas novas nem apresentou disposição para lancetar as maiores feridas. Esse quadro permitiu que, entre outros, em quatro anos se tenha gestado o escândalo do auxílio-creche e, ao longo de onze anos, um rombo de R\$ 120 milhões em Sorocaba. Aliás, a situação crônica – antiga de 30 anos, pelo menos – dessa unidade faz muita gente desejar uma solução radical.

A comunidade tem sua responsabilidade na situação atual: na eleição de 2000 (votei contra), não se mobilizou o suficiente para apresentar uma segunda candidatura. Parecia intimidada ou acomodada – afinal, ninguém gosta de carregar a pecha de “anti-candidato derrotado” para o resto da vida.

Na reversão democrática dessa situação, antevejo a solucionática. Sabemos exercer a democracia, fonte de credibilidade. Setores têm-se movimentado e sacudido a apatia, propondo-se a intervir na situação atual; surgem nomes de candidatos(as) a reitor(a) na eleição em 2004; ousa-se a utopia de um novo projeto para a PUC, que nos tire do sufoco e nos faça sonhar.

Jorge Claudio Ribeiro é professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião